

Márcia Maria da Silva*

Educação Profissional e Formação Humana

Apresentação

A análise das relações entre formação humana e educação profissional na sociedade brasileira deve tomar como ponto de partida a realidade educacional brasileira a partir de 1909¹ quando esse tema passa a ser trazido a discussão, bem como, os impasses e desafios que lhe foram sendo postos no decorrer das décadas subsequentes.

Portanto, pretendemos aproveitar esse espaço para realizar algumas considerações sobre o tema à luz das contradições da sociedade capitalista.

Educação Profissional e formação Humana: algumas considerações sobre seus impasses e desafios

O homem, a sociedade e o mundo em que estamos inseridos não se encontram prontos e determinados. A despeito da hegemonia conquistada há séculos pela sociedade capitalista esta sociedade é crível de transformação. No espaço desta sociedade complexa, burocratizada e contraditória, que o homem se faz homem, ele a produz e é por ela produzido. É também nesse espaço que se desenvolvem os processos de formação humana.

O homem produz sua existência por meio do trabalho e, por meio deste, entra em contato com a natureza e com outros homens, desenvolvendo relações econômicas e sociais. Assim sendo, analisar formas, processos e perspectivas que a formação humana adquire na sociedade capitalista implica investigar as múltiplas formas que toma o trabalho coletivo e o modo como o homem age e se modifica ao se constituir em parte desse trabalho. (RAMOS, 2001, p. 26)

Neste espaço social contraditório, a formação humana, entendida como formação de cultura geral, humanística, que equilibra de modo justo o desenvolvimento da



O pintor ao luar | 1917 | Marc Chagall | detalhe

capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual², longe de ser entendida como um processo através do qual o homem se ajusta às relações sociais a ele determinadas, deve ser entendida como um processo no qual o ser humano pleno é capaz de perceber a sua realidade e transformá-la, ou seja, como um processo através do qual o ser humano é capaz de criar e recriar a sua história.

Nesta perspectiva, uma educação "desinteressada"³ contém essa possibilidade de transformação, na medida em que pode possibilitar a intervenção individual e coletiva dos sujeitos na construção de uma nova sociedade.

A concepção de educação expressa pela pedagogia capitalista separa formação humana e educação profissional, pois, apesar de toda a retórica da necessidade da educação para o trabalho seu caráter formativo é questionado, pois acaba restringindo-se a formação do homem - individual para o mercado de trabalho e não sobre a perspectiva da formação do homem - coletivo para o mundo do trabalho.

Na sociedade capitalista, o domínio privado dos meios de produção permite que uma determinada classe social se aproprie dos frutos do trabalho humano, entre os quais se inclui o conhecimento, e os utilize conforme seus interesses, valendo-se inclusive da função da escola, tornando-a instrumento de reprodução da ideologia dominante, colocando as pessoas em lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica, ferindo a natureza da educação no que diz respeito ao conjunto da produção humana, sejam do saber sobre a natureza ou sobre a cultura.

Mas como se justifica essa relação? A sociedade capitalista fundamentada no ideário liberal justifica sua divisão em classes como *liberdade de escolha*, ou seja, se os indivíduos são juridicamente livres, iguais em direitos e deveres, essa igualdade lhes garante o mesmo status, as mesmas possibilidades de inserção social como se a liberdade fosse sua maior dádiva, porém, o que extrapola esta construção teórica é que o homem não é homem por sua liberdade, mais sim o é, pela produção de sua existência e de sua luta em busca da realização de suas necessidades. Como afirma Saviani:



Nesta perspectiva, uma educação "desinteressada" contém essa possibilidade de transformação, na medida em que pode possibilitar a intervenção individual e coletiva dos sujeitos na construção de uma nova sociedade.

(...) o trabalho é à base da existência humana e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o pro-

cesso de trabalho. (Saviani, 1986, p. 1)

Desta maneira, o homem ao mesmo tempo em que é natureza (domínio da necessidade), também não é natureza (domínio da liberdade). Por ser um ser histórico o homem transcende o natural a partir de sua capacidade de criar. Diferencia-se dos animais, como também do restante da natureza, ao adaptá-la para suprir sua

cessidades. Assim o homem através do trabalho intencional⁴, é *proprietário* de sua capacidade de transformar o seu meio e a si próprio⁵.

Portanto, as relações econômicas, políticas e sociais hegemônicas, próprias do sistema capitalista, são desfavoráveis aos indivíduos que foram historicamente expropriados de sua "*propriedade*", ou seja, do domínio sobre seu trabalho, e consequentemente pelos padrões liberais "impedidos" de alcançar sua "liberdade".

Portanto, liberdade de escolha *versus* necessidade de sobrevivência significa divisores de águas entre os homens livres, sua inclusão ou exclusão nesta sociedade.

A formação humana é expressa, portanto, pelas formas históricas que adquire essa luta, na qual atua um conjunto de sujeitos coletivos, representantes das classes fundamentais – burguesia e trabalhadores –, cada qual com o objetivo de configurá-la, respectivamente sob a ótica do capital ou sob a ótica do trabalho. Essa luta é orientada segundo as categorias básicas das relações sociais de produção – a divisão social e o nível de complexidade do trabalho – e orientam ações organizadas no plano tanto da sociedade civil quanto da sociedade política. (RAMOS, 2001, p.28-29).

Ao considerar as relações hegemônicas⁶, que garantem a manutenção do modelo capitalista frente à necessidade contra – hegemônica de emancipação humana, é possível identificar nas diferentes concepções de Educação Profissional para o mercado de trabalho e para o mundo do trabalho expressas historicamente na política educacional brasileira, os mecanismos ideológicos que avalizam a sobrevivência de um modelo social dual que subordinam alguns à reprodução enquanto garante a outros a possibilidade de criação.

O conceito de mundo do trabalho inclui tanto as atividades materiais, produtivas, como todos os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida. Evoca-se com isso um universo complexo que, à custa de enorme simplificação, reduzimos a uma das suas formas históricas aparentes, tais como a profissão, o fruto do trabalho, as atividades laborais, fora da complexidade das relações sociais que es-

ta na base destas ações. Apenas enfocando o trabalho na sua particularidade histórica, nas mediações específicas que lhe dão forma e sentido no tempo e no espaço, podemos apreendê-lo ou aprender o mundo do trabalho na sua historicidade, seja como atividade criadora, que anima e enobrece o homem, ou como atividade aviltante, penosa ou que aliena o ser humano de si mesmo e dos produtos do de seu trabalho. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2004, p.).

No Brasil, a partir da década de 30, os problemas da qualificação da mão-de-obra foram sendo solucionados atendendo a necessidades colocadas em cada período pelo mercado de trabalho, sem que se desenvolvesse um planejamento global que objetivasse apresentar soluções para os problemas de formação humana pautado nas necessidades do mundo do trabalho.

Essas relações de subordinação e emancipação se estabelecem a partir dos vários processos de reorganização pelos quais passa o capitalismo.

No Brasil contemporâneo, setores políticos que historicamente possuíam posturas antidemocrática mudam seu discurso e no engatinhar da democracia continuam no poder, onde organismos internacionais ditam regras para elaboração da política interna, onde aproximadamente 1% da população concentra mais de 50% das riquezas nacionais e em contrapartida o desemprego, a miséria, o empobrecimento cultural, a exclusão aumentam descontroladamente agredindo a condição humana. Sendo assim, como destaca RAMOS (2001) os processos sociais de formação humana sobre o modo de produção capitalista são a relação dialética de subsunção do homem ao capital e a luta contra essa mesma subsunção.

Neste contexto, os problemas de qualificação surgidos na década de 90, são consequências em primeira instância das contradições de um modelo social excludente, que tem como resultado a falta de planejamento político, econômico e social do processo de desenvolvimento nacional. Isso inevitavelmente se reflete na constituição de indivíduos que, frente a profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, dominam precariamente operações funcionais restritas da eletromecânica, encontram barreiras frente às inovações trazidas pela microeletrônica que "asse-

gura amplo espectro de soluções possíveis desde que à ciência e a tecnologia, antes incorporadas nos equipamentos passam a ser de domínio dos trabalhadores" (KUENZER, 1998, p. 36).

Décadas depois do início da caminhada em prol do desenvolvimento da educação profissional no Brasil esse processo depara-se novamente com a necessidade de um trabalhador de novo tipo⁷, que domine a ciência e a tecnologia dos novos processos produtivos, com capacidade de intervenção e autonomia intelectual. Porém esse não foi o trabalhador forjado pela pedagogia capitalista.

Esses são alguns elementos pertinentes das relações que vinculam o desenvolvimento humano ao mundo do trabalho, que precisam ser considerados se o objetivo a ser atingido for a superação desta pedagogia mecânica, determinista, fragmentária, excludente para a Pedagogia Dialética voltada para a construção do homem coletivo.

* Professora da Rede Municipal de Curitiba e Pedagoga da Rede Estadual. Mestranda da área de Educação e Trabalho, na linha de Mudanças do Mundo do Trabalho e Educação – UFPR.

1 Em 1909 inicia-se o processo de EP na sociedade brasileira com o apoio e incentivos governamentais através do Decreto nº 7.566, que cria nas capitais brasileiras as Escolas de Aprendizes Artífices.

2 Formação de cultura geral, humanística, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual. (GRAMSCI, Os Intelectuais e a Organização da Cultura, 1995, p.118).

3 "desinteressado", isto é, algo que não tem motivação imediata, subjetiva e individual, e sim algo de longo alcance, que interessa objetivamente a muitos homens na história. (GRAMSCI, Caderno 12, 1989, p.10)

4 "(...) atividade propriamente humana só se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou finalidade, e terminam com um resultado efetivo, real." (Vázquez, 1986, p.187).

5 Isso quer dizer que nos processos de produção estão em jogo tanto as forças subjetivas do indivíduo, potencialmente capaz de produzir sua própria existência, desde que liberado do jugo capitalista, quanto às forças objetivas estranhas a ele, forças essas determinadas pelo movimento constante de valorização do capital que promove a separação entre esse mesmo indivíduo e o produto do seu trabalho. De forma simples, o

fundamento desta dialética é o sentido que toma a relação sujeito-objeto: o homem se objetiva para ele ou para o capital. Enquanto se objetiva para o capital, sua subjetividade é pelo capital apropriada e o homem não se reconhece como sujeito. (RAMOS, 2001, p.28).

- 6 O conceito de hegemonia concebido no sentido gramsciano em sua dupla função de domínio e direção intelectual e moral, "A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como "domínio" e como "direção intelectual e moral"". Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a "liquidar" ou a submeter também com a força armada: e é dirigente dos grupos afins ou aliados. "(Obras Escolhidas, 1978, p.276)".
- 7 "O novo discurso refere-se a um trabalhador de novo tipo, para todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permitam adaptar-se à produção flexível". Dentre elas, algumas merecem destaque: a capacidade de comunicar-se adequadamente, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica; autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; autonomia moral, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica, da criatividade. (KUENZER, 1999, p.96)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. 2000. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo.
- AVANCINI, Marta. 1999. Unesco discute importância de estudo aliada ao trabalho. Folha de São Paulo, 26 de abril de. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. BRASIL. LDB 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- CUNHA, Luiz Antônio. 2000b. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: UNESP, Brasília: FLACSO.
- ENGUITA, Mariano Fernández. 1989. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. 1997. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso, capítulo 3, Petrópolis: Vozes.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). 1998. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, p. 25-54.
- GADOTTI, Moacir. 1997. Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez.
- GENTILI, Pablo. (org.) 1995. Pedagogia da Exclusão. Crítica ao Neoliberalismo em Educação. Petrópolis, Vozes.
- GRAMSCI, Antonio. 1978. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1978. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KOSIK, Karel. 1986. Dialética do Concreto. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KUENZER, A. Z. 1997. Ensino Médio e Profissional: as Políticas do Estado Neoliberal. São Paulo, Cortez.
- _____. 1998. Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo. Cortez, São Paulo.
- _____. 1991. Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 125p.
- _____. 1999. A Reforma do Ensino Técnico e suas Consequências. Trabalho apresentado no Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional [28 e 29 de novembro de 1998, Curitiba]; Domingos Leite Filho (org.) – [Curitiba]: SINDOCFET – PR.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. 1996. A ideologia alemã. 10 ed. São Paulo: Hucitec.
- NISKIER, Arnaldo. 1999. Novas luzes na Educação Profissional. Folha de São Paulo, 1 de março. Opinião: 3.
- RAMOS, Marise Nogueira. 2001. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?/ São Paulo: Cortez.
- SAVIANI, Dermeval. 2003. O choque teórico da Politécnica. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV-FIOCRUZ, n 1.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Paz e Terra, 1968.